



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

2026 – 18 de abril

520 anos da confirmação e aprovação do Tratado de Tordesilhas – 500 anos da descoberta do Rio São Francisco – 470 anos da morte de Santo Ignácio de Loyola – 410 anos da fundação do Forte do Presépio, futura Santa Maria de Belém do Grão Pará – 400 anos da travessia do Rio Uruguai pelo padre Roque Gonzalez de Santa Cruz – 350 anos da instalação do Bispado do Rio de Janeiro – 350 anos do início da fundação de Laguna, hoje SC – 330 anos da fundação da Escola de Artilharia e Arquitetura Militar em Salvador – 300 anos da fundação da Ilha do Desterro, hoje Florianópolis e de Fortaleza, CE – 250 anos da retomada da Vila de Rio Grande aos espanhóis – 230 anos do 2º Tratado de Santo Ildefonso – 220 anos do Bloqueio Continental imposto por Napoleão – 210 anos da Campanha da Cisplatina – 200 ano do falecimento da Imperatriz Dona Leopoldina – 190 anos da Proclamação da República Rio-grandense – 170 anos da mudança de nome da cidade de Barra do Rio Negro para Manaus – 160 anos da invasão do Paraguai pela Tríplice Aliança, Batalha de Tuiuti e morte de Antônio de Sampaio – 140 anos de falecimento de Mallet – 120 anos da reformulação das FA e da regulamentação do Serviço Militar Obrigatório – 110 anos do final da Guerra do Contestado – 80 anos da Primeira Assembleia Geral da ONU.

2026

Abril

Nº 504

31 de março de 1964...o antes

Luiz Ernani Caminha Giorgis

“Tenho a honra de comunicar a V.Exa. que, na apreciação da atual situação política, criada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, os Ministros Militares, na qualidade de chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao País, do Vice-Presidente da República João Belchior Marques Goulart. Brasília, 28 de agosto de 1961.

RANIERI MAZZILLI”

Torna-se simples entender a História do Brasil na década de 1960 examinando-se o campo político daquele período.

Já a 19 de agosto de 1961 Jânio Quadros, na escala de retorno de Ernesto Guevara de la Serna, ministro da Economia de Fidel Castro, ditador cubano, condecorou o argentino/cubano com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, a maior honraria brasileira, em cerimônia no Palácio do Planalto¹.

"Che" Guevara havia participado da conferência do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES/OEA) em Punta del Este. Na oportunidade, o ministro de Cuba posicionou-se contra a Aliança para o Progresso (programa assistencialista dos EUA), defendeu a Revolução Cubana, criticou o imperialismo norteamericano e encontrou-se com o governador do RS Leonel Brizola. Este encontro foi emblemático, provocativo à sociedade brasileira e claramente entre dois líderes "de esquerda".

A condecoração à Guevara chocou a opinião pública por ter revelado uma iniciativa impulsiva do Presidente, o que lhe valeu, dias depois, severas críticas de Carlos Lacerda o qual, em cadeia nacional, denunciou que Jânio "tramava um golpe de estado". A situação estava se agravando.

O Congresso declarou-se em sessão permanente.

Em 25 de agosto - Dia do Soldado, em carta, Jânio anunciou a renúncia, inexplicável e inexplicada. Limitou-se a dizer que foram as "forças ocultas" (ou "forças terríveis"), justificativas vagas de Jânio Quadros. Alegou ele pressão de grupos conservadores, políticos e setores da imprensa que se opunham à sua política externa independente (antiamericanista e com viés de esquerda).

Comentaristas passaram a acreditar em um "blefe" ou um autogolpe mal calculado. E que Jânio imaginava que, diante da renúncia, o povo sairia às ruas (pedindo seu retorno) e o Congresso lhe daria mais poderes. Mas o Congresso aceitou a renúncia imediatamente, isolando Jânio e provocando uma grave crise política que antecedeu a intervenção de 1964. Fez o que tinha que ser feito.

Como tudo no Brasil é levado para o lado "irônico", dizia-se que as "forças ocultas" eram a cachaça (whisky, vodka), sugerindo alcoolismo, embora o termo técnico fosse um pretexto político.

Este não foi o único, mas constituiu-se em um dos "ovos da serpente", o qual, poucos anos depois resultaria no Movimento Civil-Militar de 31 de março de 1964, tema deste artigo.

Seguiu-se uma grave crise econômica e de política interna. Válido lembrar que, antes, os presidentes das maiores nações sul-americanas, Jânio e Arturo Frondizi, da Argentina, coordenaram ações

¹ A CONDECORAÇÃO – Conforme o site <https://farolblumenau.com/porque-janio-condecorou-che-guevara/>, em junho de 1961 o ministro das relações exteriores do Brasil, Afonso Arinos recebe da Santa Sé uma nota, entregue pessoalmente pelo núncio, Monsenhor Armando Lombardi. Na nota a Santa Sé pede ao ministro atenção para as perseguições religiosas que começavam a se desenvolver em Cuba, inclusive com a prisão de Bispos. O PEDIDO DA SANTA SÉ: a condecoração tinha o propósito de cessar a perseguição religiosa em Cuba (Bloch Editores). Esta nota do núncio vinha acompanhada de minucioso memorando da secretaria de estado do Vaticano. Aproveitando a passagem de Guevara por Brasília o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Afonso Arinos remeteu ao Presidente Jânio Quadros uma proposta de carta a ser enviada ao governo cubano – ao primeiro-ministro Fidel Castro e ao presidente Osvaldo Dórticos Torrado, instando pela cessação das perseguições religiosas. Jânio Quadros aprovou-a e passou-a a Guevara, que se prontificou a ser seu portador. Esta foi uma das razões da outorga da condecoração. Guevara que a época era ministro atendeu o apelo de Jânio Quadros e ordenou a libertação de mais de vinte sacerdotes presos em Cuba, que estavam condenados ao fuzilamento, exilando-os na Espanha.

Já o site "Mentira esquerdista", do ex-Deputado Federal Paulo Fernando (Republicanos): a ordem nacional do Cruzeiro do Sul com Jânio Quadros e Che Guevara nunca foi entregue - Paulo Fernando diz o seguinte: Em 19 de agosto, Che Guevara é recebido pelo Presidente Jânio Quadros no Palácio, o qual aproveita a ocasião para atender um pedido do Núncio Apostólico, Monsenhor Lombardi, para interferir na libertação de 20 padres espanhóis, presos em Cuba. O pedido foi atendido, mas os Padres foram expulsos para a Espanha. Jânio lavou suas mãos com bom vinho tinto. Num gesto inusitado, o Presidente Jânio Quadros resolve condecorar Che Guevara com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Como tudo foi de última hora, não havia nenhuma medalha previamente pronta nem o diploma impresso para ofertar ao convidado. Jânio como bom ator que era, improvisou e colocou uma faixa verde e amarela oblíqua nos ombros do guerrilheiro, talvez na promessa ulterior de entregar tal distinção. O fato é que apesar de todo o alarido da UDN e protestos de Carlos Lacerda, Che Guevara, jamais recebeu materialmente a medalha e nem o diploma da Ordem Nacional do Mérito do Cruzeiro do Sul, apesar das citações infundáveis dos livros de história e as lendas repetidas pelos jornalistas esquerdistas. Afinal, Jânio mais uma vez encenou de maneira magistral sob o beneplácito de toda a esquerda festiva, que até hoje crê na lenda da Comenda do Cruzeiro do Sul.

similares “fora do contexto da OEA e do controle dos EUA”. Frondizi foi destituído pelos militares em 29 de março de 1962, tendo sido seguido por José María Guido (1962-1963) e por Arturo Umberto Illia (1963-1966).

Depois da grave crise da Campanha da Legalidade, João Goulart assumiu o governo em regime parlamentarista. Isto, conforme Rubens Ricúpero, trouxe um “alívio temporário” embora o parlamentarismo não estivesse previsto na Constituição.

E aqui aconteceu um dos fatos mais graves da História do Brasil, o qual comprometeu toda a luta contra a grave ameaça da esquerda. A emenda parlamentarista previa ser realizado um plebiscito popular em 1965 mas, antecipado, ele foi realizado em 6 de janeiro de 1963, o qual rejeitou o parlamentarismo por ampla maioria, retornando o Brasil ao presidencialismo.

A antecipação do plebiscito foi forçada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), organização realmente socialista, de cunho subversivo, que ainda perturbaria gravemente a vida da nação.

E o país perdeu a oportunidade de eliminar de uma vez toda e qualquer ameaça e/ou tentativa de esquerdização, socialização e de uma provável satelitização ao sistema soviético/cubano no “catecismo” ideológico marxista, o qual ainda ameaça o Brasil travestido de gramscismo (grifo meu).

Infelizmente, o parlamentarismo “sofria, desde os primórdios, de descrença e ceticismo quase unânimes” (Ricúpero).

Como destaca Ricúpero, a Guerra Fria, a construção do Muro de Berlim, a crise dos mísseis em Cuba, o reatamento das relações diplomáticas com a URSS e a contaminação ideológica do processo político interno dividiriam a população em dois polos radicalizados. Este confronto atingiria as ruas.

Já não era mais difícil “adivinhar o desfecho [...] pela intervenção das FA”. Mas, desta vez os militares, preparados na ESG e amparados pela Doutrina de Segurança Nacional “**sentiam-se chamados a permanecer no poder por período suficientemente prolongado para permitir a ‘reconstrução’ do país sobre bases ‘regeneradas’**” (grifo meu).

Com o seguimento da política esquerdizante, que é do conhecimento de todos, dois fatos chamaram a atenção: a decisão dos EUA de enviar ao Brasil, como adido militar, o Coronel Vernon Anthony Walters, amigo do Brasil desde a FEB na Itália, e a visita de Robert Kennedy ao Brasil a partir de 17 de dezembro de 1962.

A análise do governo dos EUA em relação a esta visita é inequívoca. Em uma das passagens consta o seguinte:

“a política externa do governo Goulart , [...] embora mostrando alguma tendência a cooperar mais com os Estados Unidos, é ainda equívoca, com tons neutralistas em diversos temas incluindo Cuba, controle de armas, relações de comércio e ajuda com o bloco soviético”.

Outros fatores foram: as Ligas Camponesas de Francisco Julião², a agitação pré-revolucionária, as tais “Reformas de Base”, a revolta dos sargentos em Brasília (setembro de 1963), o pedido de “estado de sítio” pelo governo (negado pelo Congresso), a percepção do governo norteamericano de que Goulart era uma “espécie de Kerenski”, o comício de 13 de março na Central do Brasil, a demissão do Ministro da Fazenda Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto e a renúncia de Roberto Campos à embaixada em Washington, foram fatos importantes no contexto, entre outros³.

Ou seja, a situação já estava extremamente grave. O governo norteamericano manifestava a esperança de que Goulart “talvez se volte contra seus defensores comunistas, adotando o modelo peronista, que {...} é do seu gosto pessoal” (Ricúpero, p. 466). Isto jamais aconteceria.

No Congresso, destacava-se a maioria anti-Goulart e anti-reformas, assim como os governadores Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Ademar de Barros. Enquanto isso, os radicais adotaram a palavra

² Outras fontes, destacam, entretanto, que João Goulart reprimiu fortemente as ações das Ligas usando até mesmo tropas do Corpo de Fuzileiros Navais. A repressão contra as Ligas aumentou consideravelmente após o 31 de março de 1964.

³ Algumas fontes fixam a dívida externa com um dos fatores, mas em 1964 essa dívida não era grande, a inflação sim.

de ordem “reformas de base na lei ou na marra”. Leonel Brizola, o grande traidor, cunhado de Goulart, deputado federal, verdadeiramente subversivo, atuava às claras e nos bastidores em prol do “abandono da política de conciliação” e pela instalação de “uma assembleia constituinte para criação de um ‘congresso popular’ composto de camponeses, operários, **sargentos, oficiais nacionalistas** e homens autenticamente populares”.

A situação já tinha se tornado insuportável.

Em 19 de março aconteceu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, São Paulo, com 300 mil participantes, fato incontestado que não sensibilizou o comprometido governo Goulart. Em 25, a fatídica reunião de dois mil marinheiros e fuzileiros navais no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, sob a liderança do “cabo” Anselmo e com a presença de João Cândido e de Leonel Brizola. E, gota d’água, a reunião, em 30 de março, de Goulart, no Automóvel Clube, da Associação dos Sargentos e Suboficiais da PM do Rio de Janeiro.

Vernon Walters, neste mesmo dia, informou os EUA da iminência de um golpe de estado contra Goulart. Disse ele que talvez o movimento partisse de São Paulo. Errou feio, porque partiu de Juiz de Fora, mesmo indevidamente.

O presidente Lyndon Johnson, conforme Ricúpero, autorizou a operação “Brother Sam” que, na verdade, foi inócua, porque a frota estadunidense só chegaria às costas brasileiras em 12 de abril. Na madrugada de 1º de abril, o embaixador Lincoln Gordon informava: *“it is 95% over. Branco has taken over Rio. He has told us that he doesn’t need our help”*. Ou seja, “o golpe está 95% completo. (Castelo) Branco tomou o Rio Ele nos disse que **não precisa da nossa ajuda**”. Grande Castelo Branco!

Ricúpero nem cita Olympio Mourão Filho, cujas ações foram caracterizadas como precipitadas, posto que as planejadas operações contra o governo Goulart estavam previstas para 2 de abril. Operações preventivas, porque as ações do CGT estavam planejadas para o dia 1º de maio - Dia do Trabalho, um mês depois.

Na madrugada do dia 2 de abril, durante o voo de Goulart de Brasília para Porto Alegre, o Presidente do Congresso Auro de Moura Andrade declarou o cargo vago e empossou Ranieri Mazzilli na presidência.

Acabou-se assim a era Goulart e com ele Brizola e outros esquerdistas. A História é bem clara.



Acima: a condecoração - o ovo da serpente



Goulart e Bob Kennedy - 17 de dezembro de 1962



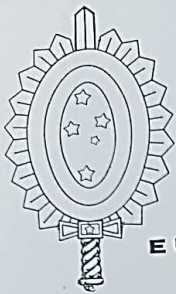
À esquerda, o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, grande líder revolucionário

Referências:

RICÚPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

Arquivos do autor.

À esquerda, poesia do nosso acadêmico e poeta, bardo, menestrel castrense ST Evilácio Barbosa Saldanha, já com 90 anos. Vale a pena ler.



EU, SOLDADO

Às vezes sonho acordado
e às vezes sonho dormindo,
mas sempre acordo sorrindo
do meu sonho de Soldado.
Muito embora aposentado,
distanciado das peletas,
persiste o laço das teias
que não nos deixa à deriva,
porque o sangue verde-oliva
inda corre em nossas veias!

Pois a vibração faz parte
da nossa vida castrense,
de tudo que nos pertence
é o mais valioso estandarte,
mistério que talvez Marte
possa explicar a razão,
e por que nossa emoção
junto à tropa que desfila,
quando a gente se perfila
no meio da multidão?!

Na cadência dos Infantes,
na imponência do obus,
nos canhões dos urutus
ou nas lanças flamejantes,
revive o que fomos antes
nas distantes alvoradas,
que em magistrais clarinadas,
como um toque de vitória,
vão eternizando a glória
das nossas Forças Armadas!

A prestante disciplina,
decantada por Camões,
aprendemos nas lições
que a caserna nos ensina
e o dia-a-dia calcina
na convivência fraterna.
Somos homens de caserna,
e assim nos definimos,
porque nunca confundimos
Liberdade com Baderna!

Em compromisso solene,
no despontar da carreira,
nós juramos à Bandeira
nossa lealdade perene
e nada que nos acene
vai levá-la ao arremate,
pois seria um disparate
para o Soldado sem farda
que foi Tropa da Vanguarda
na marcha para o combate!

Salve o "Castelo Lendário"
da gloriosa azul-turquesa,
a Infantaria - Sua Alteza,
salve Osório - o Legendário,
que do mesmo relicário
confiam na nossa mão
pra defender a Nação
com heroísmo guerreiro
ou morrer, como Artilheiro,
"Abraçado no canhão"!

(EVILÁCIO BARBOSA SALDANHA)
Subten R/1 - Infantaria

BRAÇO FORTE, MÃO AMIGA: O SIMBOLISMO QUE MANTÉM VIVO O SENTIDO DO 19 DE ABRIL

Por Amílcar Macedo | 15 de abril de 2026

Transcrito do jornal O Sul

Brasília - Desfile militar de 7 de setembro, na Esplanada dos Ministérios (Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil)

Esta coluna reflete a opinião de quem a assina e não do Jornal O Sul. O Jornal O Sul adota os princípios editoriais de pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência.

O 19 de abril, Dia do Exército, costuma ser recordado a partir de seu marco histórico fundacional. A evocação da Batalha dos Guararapes, a memória da formação de uma identidade nacional ainda em gestação, o reconhecimento da contribuição decisiva da instituição para a consolidação do Estado brasileiro. Tudo isso é justo e necessário. Mas talvez seja igualmente importante, especialmente no tempo presente, voltar o olhar para um símbolo que sintetiza, com impressionante precisão, a missão contemporânea da Força Terrestre: o “braço forte, mão amiga”.



Escolher esse eixo simbólico, em vez de repetir a narrativa histórica já tantas vezes percorrida, não significa diminuir a importância do passado. Pelo contrário. É justamente porque a história é conhecida que se torna possível perceber sua permanência sob novas formas. O lema consagrado revela uma espécie de tradução moderna de valores antigos: disciplina, prontidão, coragem, mas também solidariedade, cuidado e presença institucional em momentos de fragilidade coletiva.

O "braço forte" remete à função clássica de defesa da Pátria, à capacidade de proteção da soberania e das instituições, ao compromisso com a estabilidade que permite à sociedade civil florescer em liberdade. Não se trata apenas de força física ou poder material. Trata-se de confiabilidade. Um braço forte é, antes de tudo, um braço que sustenta, que garante a continuidade das estruturas que organizam a vida comum. Sua força não se mede apenas na guerra, mas na dissuasão que evita conflitos, na vigilância que preserva a ordem democrática e na disposição permanente de servir ao interesse público.

Mas é a expressão "mão amiga" que talvez melhor dialogue com o imaginário contemporâneo. Nas últimas décadas, consolidou-se na percepção social a imagem do soldado que não apenas combate, mas também socorre. O militar que atravessa enchentes para resgatar famílias, que distribui água no semiárido, que instala hospitais de campanha, que leva assistência a regiões isoladas, que participa de missões de paz e ajuda humanitária. A mão que empunha instrumentos de defesa é a mesma que oferece apoio quando a sociedade enfrenta suas horas mais difíceis.

Há, nesse símbolo, uma dimensão silenciosa de legitimidade institucional. Em uma democracia, a força armada não se justifica por si mesma, mas pela finalidade a que serve. O poder que não protege perde sentido. O poder que não ampara perde legitimidade. O ideal de uma instituição simultaneamente firme e solidária expressa uma concepção de serviço público que transcende a lógica puramente estratégica e alcança uma dimensão ética.

Optar por essa abordagem simbólica, neste 19 de abril, é também reconhecer que as instituições se mantêm vivas quando conseguem dialogar com as necessidades do seu tempo. O Exército de hoje é chamado a desempenhar funções que vão muito além da defesa territorial tradicional. Atua em contextos de emergência climática, em operações de apoio à população civil, em missões internacionais que buscam estabilizar regiões afetadas por conflitos. O símbolo do "braço forte e mão amiga" não é apenas uma frase institucional: é uma síntese narrativa da forma como a sociedade passou a perceber o papel de seus soldados.

Há, ainda, um aspecto profundamente humano nesse lema. Ele sugere que a força não exclui a sensibilidade, e que a disciplina não elimina a empatia. Ao contrário do que por vezes se imagina, a firmeza institucional não precisa ser incompatível com a capacidade de acolher. Talvez resida aí uma das razões pelas quais esse símbolo permanece atual: ele traduz a ideia de que proteger também é cuidar.

Celebrar o Dia do Exército sob essa perspectiva simbólica permite perceber que certas instituições não se definem apenas por seus feitos passados, mas pela forma como continuam sendo percebidas no presente. O 19 de abril, mais do que um marco histórico, torna-se uma oportunidade de refletir sobre a confiança social depositada em

homens e mulheres que assumem a responsabilidade de servir em circunstâncias frequentemente difíceis e silenciosas.

O "braço forte" assegura que a ordem não seja rompida. A "mão amiga" recorda que a ordem existe para proteger pessoas concretas, com suas fragilidades e esperanças. Entre a firmeza e a solidariedade, constrói-se um ideal de serviço que ajuda a explicar por que esse símbolo permanece tão expressivo.

Neste 19 de abril, talvez seja essa a homenagem mais adequada: reconhecer que a força que protege é a mesma que socorre, e que a presença institucional que garante estabilidade é também aquela que se manifesta quando a sociedade mais precisa de apoio. Porque há símbolos que não apenas representam uma instituição, mas revelam o modo como ela deseja ser lembrada. E poucos traduzem tão bem essa aspiração quanto a imagem do braço forte e da mão amiga.

Amílcar Fagundes Freitas Macedo - gabinete-amilcar@tjmrs.jus.br

#####

CASTELLO BRANCO - O ESTADISTA (Parte 1)

Extrato da Revista da ECEME (ano V, Nr 5, dezembro de 2005)1

Comentários: Gen Bda Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva [ver colchetes]

Castello Branco tomou posse como Presidente da República no dia 15 de abril de 1964, procurando fazer um governo forte e íntegro, sempre grato ao Exército Brasileiro [...] mais do que político, foi estadista [...] impessoal em suas decisões, tinha uma visão histórica do cargo e de suas responsabilidades perante a Nação.

"Uma visão voltada para a devoção à legalidade, ao equilíbrio do nacionalismo e ao senso de justiça [...] preocupava-se em não ser rotineiro e em realizar [...] tinha profundo respeito pelos subordinados, aspectos que lhe concederam invulgar liderança" - Brigadeiro Murillo Santos (Ajudante de Ordens do Presidente, quando era Capitão).

Ao assumir o governo, surpreendeu a todos por não fechar o Congresso, manter a liberdade de imprensa e ao afirmar sua decisão inabalável de não se perpetuar no poder. "Soube conquistar o Congresso pela persuasão, pela autoridade moral e pelo seu espírito público" - Oswaldo Trigueiro (Advogado, Diplomata, Jurista e Político).

[Minha tia serviu no antigo DASP em Brasília. Dizia que ao ser anunciada a chegada do Presidente em algum evento, após a assunção de Castello Branco, os presentes se calavam e se voltavam para o Presidente. Antes, o normal era os Presidentes entrarem sorrindo e confraternizando. A de Castello era sóbria e protocolar, porém, nunca soberba].

Segundo Roberto Campos (economista, professor, escritor, diplomata e político) em seu governo de cerca de 1.000 dias foram três projetos, o econômico, o político e o social:

- modernizou o arcabouço institucional da economia com o Código Tributário, Estatuto da Terra, criação do Banco Central, Lei do Mercado de Capitais, Código de Minas e feroz combate à inflação;

- na política, insistiu na redemocratização, reformou as leis partidárias, o Código Eleitoral e reconstitucionalizou o País com o voto do Congresso em 1967; e

- além da criação do FGTS, no campo social, tinha um projeto ousado, porém racional e articulado, defendendo a democratização de oportunidades: democratização à habitação pelo Sistema Nacional de Habitação; democratização do acesso à terra pelo Estatuto da Terra; democratização da educação ao introduzir o salário-educação para o ensino primário, bolsas de estudo administradas pelos sindicatos, e obrigatoriedade e gratuidade do ensino dos 7 aos 14 anos na rede oficial.

Castello foi forte para contrapor-se a pressões e interesses de toda ordem: aos radicais de direita e de esquerda e aos próprios civis aliados de outrora.

[No Centenário da ECEME, 2005, ela recebeu o nome histórico de Escola Marechal Castello Branco, onde ele foi Instrutor, Diretor de Ensino e Comandante].

[(ECEME: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Escola Marechal Castello Branco)]

Nos momentos de maior pressão, afastava o Exército dos problemas políticos do governo, como se percebe no discurso feito na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, em julho de 1964, ao orientar os capitães sobre como se comportar nos Corpos de Tropa.

“Me permito vos falar e mesmo vos perguntar qual é a vossa posição. Será de solidariedade [ou apoio] ao governo? Não. Porque o Exército não é um partido político para apresentar solidariedade [ou apoio] ao governo ou a quem quer que seja. Quem tem o direito de apresentar solidariedade [ou apoio] tem o direito de apresentar desaprovação [ou desapoio]. Acho que vossa posição será aquela que ides encontrar no dever militar. [...] Desempenhando as vossas funções de comandantes tereis, sem dúvida, realizado aquilo que o governo preconiza e vos lembra [e] que o Brasil espera: a garantia da segurança nacional. Infeliz o Exército que deve estar em suas posições de combate para dar apoio ou solidariedade aos governantes ou à oposição. Desgraçado do governo que esteja à espera dessa solidariedade e desse apoio. O governo procura cumprir suas obrigações, e não desonrar o vosso dever militar”.

O respeito das Instituições à obra de Castello Branco como Presidente foi sintetizado nas palavras do Ministro Gonçalves de Oliveira (STF), na despedida do então Presidente da República:

“À Nação e à História pertence o julgamento de seu governo. O que posso dizer [...] é que pelos tempos afora, em qualquer fase desse julgamento, ninguém negará jamais a Vexa as suas qualidades de cultura e inteligência, a fidalguia no trato, a inteireza moral, a dignidade, a honradez, o devotamento à causa pública, atributos que tanto ornaram e ostentaram a sua personalidade inteiríssima”.

No discurso de despedida da Presidência (15/03/1967), Castello Branco disse:

“Não quis nem usei o poder como instrumento de prepotência. Não quis nem usei o poder para a glória pessoal ou a vaidade dos fáceis aplausos. Dele nunca me servi. Usei-o, sim, para salvar as instituições, defender o princípio da autoridade, extinguir privilégios, corrigir as vacilações do passado e plantar com paciência as sementes que farão a grandeza do futuro [...]. E se não me foi penoso fazê-lo, pois jamais é penoso cumprirmos o nosso dever, a verdade é que nunca faltaram os que insistem em preferir sacrificar a segurança do futuro em troca de efêmeras vantagens do presente, bem

como os que põem as ambições pessoais acima dos interesses da Pátria. De uns e outros, desejo esquecer-me, pois a única lembrança que conservarei para sempre é a do extraordinário povo, que na sua generosidade e no seu patriotismo, compreensivo face aos sacrifícios e forte nos sofrimentos, ajudou-me a trabalhar com lealdade e com honra para que o Brasil não demore a ser a grande nação almejada por todos nós”.

[Honrou a Presidência, o exercício da autoridade, o Exército e a si mesmo; dignificou sua liderança, exercida, admirada e respeitada de fato, tudo isso raro no triste cenário atual].

%%%

Excepcionalidades históricas e bélicas

- 1) A primeira batalha da História foi a de Megido (1469 Ac), entre Tutmés III e os Hicsos.
- 2) O último dos generais romanos foi Aécio (Flavius Aecios), que lutou até 451. Viveu entre 390 e 454 e foi morto pelo Imperador Valentiniano por suspeita de traição. Sua campanha militar mais notável, que o levou à história com a alcunha de "o último romano" foi a dos chamados Campos Catalúnicos. Uma batalha que foi das mais decisivas da História foi a de Aécio contra Átila, a Batalha de Châlons, em 451.
- 3) Os hunos eram guerreiros por puro amor à guerra, pelo butim, pelos riscos, emoções, satisfação animal do triunfo. Suas guerras não tinham objetivo político (como em Clausewitz) e nenhum efeito transformador político e/ou cultural.
- 4) Quem eram os Hunos brancos, os Hefalitas? Formaram uma confederação nômade na Ásia Central na época da Antiguidade Tardia e começo da Idade Média. O reduto do poder heftalita foi o Tocaristão nas encostas norte do Indocuche, no atual noroeste do Afeganistão.
- 5) Os Magiães foram o último povo montado a emigrar das estepes asiáticas para a Europa Central. Fixaram-se na atual Hungria. Até hoje os húngaros são chamados de “magiães”.
- 6) A derrubada do império turco pelos árabes foi em 751 na Batalha do Rio Talas, atual Quirguistão. A batalha foi às margens do citado rio, marcando o confronto entre o Califado Abássida e a Dinastia Tang chinesa pelo controle da Ásia Central. A vitória árabe, facilitada pela deserção dos aliados turcos carlucos⁴ dos chineses, interrompeu a expansão chinesa na região e introduziu a tecnologia de fabricação de papel no mundo islâmico.
- 7) Os árabes injetaram na guerra uma força completamente nova, a força de uma ideia – o islamismo. Mas não era simplesmente uma ideia. Foi o islamismo que inspirou as conquistas árabes.
- 8) Não existe conflito no islamismo entre devoção e bem-estar material. Cristo, tido pelos islâmicos como um profeta, considerava a pobreza um ideal sagrado.
- 9) Os árabes faziam a marcha de aproximação montados em camelos. Somente antes do momento do contato usavam os cavalos.
- 10) Quem tornou os cavalos maiores e mais fortes foram os Citas⁵, quando passaram a estabular esses animais e alimentá-los com grãos, principalmente o milho, além do verdejo.

⁴ Os **carlucos** (ou *Qarluqs*, *Qarluks*) foram um povo turco nômade que habitou a Ásia Central durante a Antiguidade Tardia e o início da Idade Média.

⁵ Os **citas** eram um povo iraniano nômade de guerreiros a cavalo que dominou a estepe pântico-cáspia entre os séculos VII e III a.C.. Famosos por sua habilidade em arco e flecha, viviam na região da atual Ucrânia, Rússia e Ásia Central, sendo descritos por Heródoto como ferozes e conhecidos por sua arte em ouro encontrada em *kurgans*.

HÁ 526 ANOS...

CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA

Na reportagem de Caminha, o descobrimento do Brasil

"Senhor. Posto que o capitão desta vossa frota e assim os outros capitães escrevem a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra que ora nesta navegação se achou, não deixarei também de dar disso conta a Vossa Alteza, assim como melhor puder, ainda que para bem contar e falar, o saiba pior que todos fazer (...) E, portanto, senhor, do que hei de falar começo e digo: que a partida de Belém, como Vossa Alteza sabe, foi segunda-feira 9 de março, e sábado do dito mês, entre as 8 horas, nos achamos entre as Canárias, mais perto da Grande Canária; e ali andamos todo aquele dia em calma, à vista delas, obra de três ou quatro léguas; e domingo 22 do dito mês, às 10 horas, pouco mais ou menos, houvemos vista das ilhas de Cabo Verde, (...) e assim seguimos nosso caminho por este mar de longo até terça-feira das oitavas da Páscoa, que foram vinte e um dias de abril, que topamos alguns sinais de terra..."

Assim, Pero Vaz de Caminha, escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral, inicia sua carta - uma carta de sete folhas - o primeiro documento da história do Brasil, em que conta a El-Rei Dom Manuel as novas do descobrimento dessas terras, no dia 21 de abril de 1500. Nas páginas seguintes, Caminha prossegue falando das belezas da terra, que Cabral chamou de Vera Cruz; de suas aves estranhas e da sua gente, que descreve como sendo de bons rostos e muito inocentes na sua nudez, que mostram sem nenhuma vergonha. Fala ainda de como os portugueses tentaram fazer amizade com os índios, trocando presentes com eles, e da missa celebrada logo no dia 2 de maio, pelo Frei Henrique Soares, de Coimbra. Do clima da nova terra diz que era muito bom e temperado como o do Entre-Douro e Minho, em Portugal, e que as águas eram sem fim, e mais, tudo o que se plantasse cresceria. Mas - continua contando Caminha - o melhor que os portugueses poderiam fazer seria salvar aquela gente, que considerava muito selvagem. E termina:

"Beijo as mãos de Vossa Alteza. Deste Porto Seguro da vossa ilha da Vera Cruz, hoje sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500".

Abaixo, fac-símile da última página da carta de Caminha, cujo original se encontra no arquivo nacional da Torre do Tombo, Portugal. A moldura é trabalho posterior.

Fonte: Abril Cultural - Grandes personagens - Documentos Históricos - São Paulo, 1970

Canção Brasão do Cadete (ou do Curso Básico)

Autor: Cadete Luan Jimenez

Jamais outro brado
Mais forte e entoado
Será pelo Brasil!
Clarins da vitória,
Cobertos de glória,
Por todo o céu ecoarão,

A fama levando
A Pátria lembrando
Que seus jovens cadetes
Não vacilarão,
Em defender o seu Brasão!

Não vacilarão,
Em defender o seu Brasão!

Bandeira altaneira,
Audaz e guerreira,
No mundo - és a primeira,
Por nós exaltada,
Jamais ultrajada,
Juramos sempre defendê-la!
Clamemos com ardor,
Com força e vigor
Que seus jovens cadetes
Não vacilarão,
Em defender o seu Brasão!



TIRADENTES - O mártir da Independência

Fonte: IA da Internet (resumo)

Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (1746-1792), foi um militar, dentista e ativista mineiro, líder da Inconfidência Mineira contra o domínio português. Enforcado em 21 de abril de 1792, tornou-se mártir e patrono da nação, sendo sua data de execução feriado nacional, símbolo de liberdade e resistência no Brasil.

Principais Aspectos Históricos de Tiradentes:

Origem e Apelido: Nascido na Fazenda do Pombal (MG), foi órfão cedo e trabalhou como tropeiro, minerador e alferes. A habilidade em práticas odontológicas lhe rendeu o apelido "Tiradentes".

